



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: **1000152-94.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**  
 Requerente: **JOSE CARLOS BADARO**  
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz de Direito: Dr. **Paulo César Scanavez**

**José Carlos Badaró** move ação em face de **Banco Santander S/A**, alegando terem celebrado contrato de financiamento no valor de R\$ 33.072,96, utilizados na aquisição do veículo que foi dado em garantia fiduciária em favor do réu. O valor financiado seria pago em 48 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 689,02 cada uma. O réu praticou abusos pois fixou os juros remuneratórios e moratórios acima do limite legal, adotou o critério da capitalização mensal dos juros, a taxa de comissão permanência não poderá ser cumulada com correção monetária, devendo os valores em excesso serem repetidos em dobro em favor do autor. Pede liminarmente seja compelido o réu a não incluir o nome do autor em bancos de dados, e que o veículo da garantia fiduciária se conserve na posse do autor, autorizando este a depositar em Juízo o valor das parcelas futuras do financiamento. Pede a procedência da ação para confirmar as liminares e impor a revisão das referidas cláusulas abusivas, expurgando-as. Os encargos moratórios se concentraram apenas na taxa de comissão de permanência, sem o concurso de nenhum outro encargo. O réu deverá ser condenado a pagar ao autor, em dobro, os valores cobrados indevidamente, condenando-o ainda ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Documentos às fls. 26/29.

O réu foi citado e contestou às fls. 38/57, dizendo que não praticou abusividade alguma. As obrigações foram livremente pactuadas e constam do contrato. O ordenamento jurídico dá plena sustentabilidade aos encargos remuneratórios e moratórios. Incabível na espécie o pleito de consignação em pagamento das prestações do financiamento,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

sendo o autor carecedor da ação. Pela improcedência da ação ou sua extinção, sem resolução de mérito.

Não houve réplica. O réu exibiu o contrato de fls. 76/79, sobre o qual não se manifestou o autor.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

Impõe-se o julgamento antecipado da lide nos termos do inciso I, do artigo 330, do CPC, já que a prova é essencialmente documental e está nos autos. Dilação probatória apenas protrairia o julgamento da lide, e não traria absolutamente nada de útil para o acervo probatório.

As partes celebraram o contrato de financiamento de fls. 76/79 em 14.12.2009. A taxa de juros remuneratórios ajustada foi de 1,62% ao mês, que no período anual foi prevista como sendo de 21,27%, tendo assim adotado, explicitamente, o critério da capitalização mensal dos juros. A taxa praticada não superou a média dos juros remuneratórios apurada pelo Bacen no mercado financeiro ao tempo da celebração da CCB.

Quanto à capitalização mensal dos juros remuneratórios, admite-se essa capitalização apenas exigindo expressa previsão contratual. Nesse sentido foi o julgamento do STJ no REsp 973.827, julgado segundo o rito dos recursos repetitivos, tendo a 2ª Seção daquela Superior Corte firmado as seguintes teses para os efeitos do artigo 543-C do CPC: "é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.03.2000, data da publicação da MP n. 1963-17/2000 (em vigor como MP 2170-36/2001), desde que expressamente pactuada. [...] a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

Portanto, legítima a exigibilidade dos juros remuneratórios pelo critério da capitalização mensal. O CDC exige transparência e explicitude nos contratos e referido contrato satisfaz esse princípio de direito consumerista.

Os juros moratórios são de 1%, constam do contrato e estão dentro dos limites legais, não havendo que se falar em abusividade alguma.

O contrato prevê prestação mensal de R\$ 689,02, conforme fl. 77, tendo sido obra de livre ajuste contratual. Se o autor deixar de cumprir as obrigações contratuais, será dado ao réu

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

negativar seu nome em bancos de dados, assim como promover ação de reintegração de posse do veículo dado em garantia fiduciária, feita, evidentemente, a prévia notificação constitutiva da mora.

No mais, a inicial primou pela generalidade. Não é dado ao juiz, de acordo com a Súmula 381, do STJ, reconhecer, de ofício, nos contratos bancários, as abusividades inseridas em suas cláusulas e não tangidas pelo autor na inicial. Portanto, o pedido inicial é manifestamente improcedente.

**JULGO IMPROCEDENTE** a ação. Condeno o autor a pagar ao réu, 10% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa e custas do processo, verbas exigíveis apenas numa das situações previstas pelo artigo 12, da Lei 1060.

P.R.I. Oportunamente, providencie a baixa do processo no sistema e ao arquivo.

São Carlos, 1º de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**